

**A DOCÊNCIA NA ENGENHARIA AGRÔNOMICA: REFLEXÕES
SOBRE GÊNERO À LUZ DO MATERIALISMO HISTÓRICO-
DIALÉTICO****TEACHING IN AGRICULTURAL ENGINEERING:
REFLECTIONS ON GENDER CONSIDERING THE
PERSPECTIVE OF HISTORICAL-DIALECTICAL MATERIALISM**Danielle Uchôas 

Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul

Lucélia Tavares Guimarães 

Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul

Resumo

Com o objetivo de analisar de que maneira a divisão sexual do trabalho estabelecida nas relações sociais entre os sexos se manifesta na carreira das docentes engenheiras agrônomas, esse artigo tratou do trabalho docente exercido por mulheres formadas em engenharia agrônoma, pois se por um lado a masculinização da engenharia sobressalta a divisão sexual do trabalho, por outro lado, a feminização da docência faz com que se tenha a falsa impressão de que em tal profissão não exista divisão sexual do trabalho. Utilizou-se referencial teórico marxiano para conceituar as categorias trabalho, gênero e divisão sexual do trabalho. Quanto a metodologia utilizamos a revisão bibliográfica e entrevistamos de 4 docentes engenheiras agrônomas que lecionam na Universidade Estadual Paulista (UNESP). Para analisar os dados oriundos das entrevistas utilizou-se a Análise de Conteúdo de Laurence Bardin. Observou-se que 75% das entrevistadas relataram reconhecer a presença da divisão sexual do trabalho na profissão docente. Concluiu-se que as mulheres, embora venham conquistando espaços cada vez maiores na Engenharia Agrônoma, ainda que na docência, ainda precisam vencer muitos obstáculos devido ao seu gênero. Outrossim, embora a docência seja uma profissão

feminilizada, observou-se reflexos da divisão sexual do trabalho que corroboram com a teoria do Teto de Vidro.

Palavras-chave: Engenharia agrônômica; Docência; Gênero; Divisão sexual do trabalho; Materialismo histórico-dialético.

Abstract: This research aims to analyze how the gender gap of labor established in social relations between the sexes manifests itself in the career of female agronomist professors. This study addresses the teaching work carried out by women trained in Agricultural Engineering; since, on the one hand, masculinization within engineering, the gender gap in labor stands out; on the other hand, the feminization of the teaching profession gives one the false impression that there is no gender gap in the engineering academia workforce. To conceptualize the categories of work, gender, and gender gap in the workforce, we used the Marxian theoretical framework. As for the methodology, we used a bibliographical review and interviewed four agronomist professors who teach at the Universidade Estadual Paulista (UNESP). Laurence Bardin, a Content Analysis, analyzed the interview's data. This analysis observed that 75% of the interviewees recognized the gender gap in the academic teaching profession. We conclude that women, although gaining more space in Agricultural Engineering, even in teaching, still need to overcome many obstacles due to their gender. Furthermore, although teaching is a feminized profession, there were reflections on the gender divide of labor that corroborate the Glass Ceiling theory.

Keywords: Agronomic engineering; Teaching; Gender; Sexual division of labor; Historical-dialectical materialism.

Introdução

Este artigo trata dos resultados de uma pesquisa de mestrado em Educação denominada “Trabalho docente e gênero na engenharia agrônômica: um estudo à luz do materialismo histórico-dialético” iniciada no ano de 2017 no Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação da Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul – Campus de Paranaíba. A pesquisa se iniciou com um levantamento bibliográfico que teve como

objetivo averiguar os trabalhos já realizados sobre tal temática e observou-se que a engenharia, por ser um campo historicamente masculinizado, é extremamente fértil para discussões sobre gênero.

De acordo com a pesquisa “Perfil Ocupacional dos Profissionais da Engenharia no Brasil” realizada pelo Dieese (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos), em 2015, a engenharia vem apresentando um aumento da participação de mulheres no curso, o que demonstra um avanço. No ano de 2003, o número de mulheres empregadas na engenharia era de 24.554, enquanto o número de homens era de 121.520. Já no ano de 2013, dez anos depois, 57.022 mulheres estavam empregadas nessa profissão em contrapartida 216.725 homens se encontravam empregados na profissão de engenheiro.

De acordo com Oliver (2005), a engenharia agrônômica não difere das outras engenharias, pois também passou por um processo de masculinização que pode ser observado, no Brasil, nas falas dos alunos das primeiras escolas que surgiram no Brasil. Ao analisar os documentos de ex-alunos de tais escolas a autora observou como estes tratavam as mulheres que eram da mesma turma que eles:

Mulheres sem vaidades, fazendo notar a simplicidade de uma ou a falta de torvelinhos de outra ou, ainda, pelo fato de não terem cedido ao cortejo dos colegas de turma, deixando suas potencialidades naturais para depois [...] para serem reconhecidas profissionalmente. (Oliver, 2005, p.384)

Percebe-se que os colegas de classe tinham um ideal de mulher vaidosa que deveria aceitar os cortejos deles e naturalmente devem vir a ser mães um dia, mas como essas mulheres optaram por estudar e devido a não aceitação de seus cortejos, os colegas acreditavam que elas, naquele momento, estavam se abdicando de suas potencialidades naturais de serem mães. A percepção de que mulheres que escolheram estudar ao invés de se casar, se afastam do que é ser mulher, ou seja, do ideal de mulher, corrobora com outros estudos que apontam que as próprias mulheres que optaram pela engenharia se projetavam num ideal de homem utilizando-se de “manobras alusivas ao olhar, falar e agir como homem, elas se tornam ‘um dos garotos’ ou homens honorários” Jorgensen (2002, p. 351). Além disso, o ingresso das mulheres no curso de engenharia agrônômica só era viável quando havia justificativa para a presença delas na turma já que não eram mães fazendo alusão novamente ao ideal de como deve ser uma mulher.

Se no ensino superior as mulheres tinham de enfrentar problemas como esses, no mundo do trabalho, os enfrentamentos não são diferentes. Para ocupar cargos de maior prestígio, às mulheres são colocadas barreiras muitas vezes invisíveis, mas não inexistentes, à sua ascensão. Tal fenômeno já é amplamente estudado e recebe o nome de Teto de Vidro. Mesmo que à primeira vista possa parecer apenas que as engenheiras agrônomas enfrentem esse tipo de problema, pois no setor público, caso das docentes sujeitos de nossa pesquisa, aparentemente não há discriminação de gênero. Porém, de acordo com Vaz (2013, p.1), quando se observa os cargos hierárquicos mais altos, pode-se notar a baixa presença de mulheres, entretanto, nesse caso, do funcionalismo público, devemos olhar também para as “intersecções entre vida doméstica e profissional” para que possamos explicar a manifestação de tal fenômeno.

Por sua vez, a docência na Educação Básica, sofreu um processo histórico de feminização¹ e, assim, se tornou uma profissão ligada intrinsecamente ao ideal de mulher e se configurou como uma extensão à maternidade e não como uma profissão propriamente dita, Louro (2004).

Observa-se então que a engenharia agrônômica e a docência formam polos opostos de uma mesma moeda: enquanto a primeira passou por um processo histórico de masculinização, a segunda profissão passou por um processo histórico de feminização. Embora a temática gênero nessas duas profissões seja um campo fértil para estudos, ao realizar um levantamento bibliográfico na plataforma da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, nos meses de agosto a setembro de 2018, pode-se perceber que ainda não há uma pesquisa que faça uma abordagem como a do presente artigo.

O Materialismo histórico-dialético e a entrevista semiestruturada

Ao contrário do que se afirma no Positivismo, acredita-se que a proximidade da autora com o objeto da pesquisa e, de certa forma, com as docentes entrevistadas enriquece a pesquisa. Corroboramos com Santana (2011) quando afirma que tal proximidade não influencia de forma negativa a qualidade da pesquisa:

¹ “Feminilização: refere-se ao aumento do peso relativo do sexo feminino na composição da força de trabalho em um determinado tipo de ocupação. Feminização: refere-se às transformações em um determinado tipo de ocupação” Yannoulas (2011, p. 283).

Ao contrário do proposto pelo positivismo, que acredita e defende a neutralidade do pesquisador em relação ao objeto a ser pesquisado, a dialética materialista requer o envolvimento, o compromisso do pesquisador, uma vez que este desenvolve uma relação dialética de intervenção entre ele e seu objeto de estudo. Tal relação torna possível o enriquecimento de conhecimentos e vivências que é recíproco entre o investigador e os sujeitos da pesquisa. (Santana 2013, p. 24).

A entrevista semiestruturada, segundo Szymanski *et al.* (2011), permite ao entrevistador ter liberdade para alcançar seus objetivos em uma interação direta com o entrevistado o que permitirá a construção de significado. Ainda de acordo com esses autores:

Foi na consideração da entrevista como um encontro interpessoal no qual é incluída a subjetividade dos protagonistas, podendo se constituir um momento de construção de um novo conhecimento, nos limites da representatividade da fala e na busca de uma horizontalidade nas relações de poder, que se delineou esta proposta de entrevista, a qual chamamos de *reflexiva*, tanto porque leva em conta a recorrência de significados durante qualquer ato comunicativo quanto pela busca de horizontalidade (...) Reflexividade tem aqui também o sentido de refletir sobre a fala de quem foi entrevistado, o que é uma forma de aprimorar fidedignidade. (Szymanski *et al.* 2011, p. 13, grifos do autor).

Para analisar as falas das pessoas entrevistadas, precisamos recorrer a uma técnica para nos auxiliarmos em tal tarefa, afinal não podemos recorrer apenas à interpretação dedutível de tais falas, pois a linguagem pura e simplesmente se diferencia de forma substancial de conteúdo do discurso. Recorremos, então, à Análise de Conteúdo que se divide em duas partes: em análise quantitativa e qualitativa. Na análise quantitativa verifica-se quantas vezes determinadas palavras relacionadas ao tema da pesquisa foram ditas pelas entrevistadas. Já na análise qualitativa discorremos sobre tais temas. A Análise de Conteúdo:

É o trabalhar a palavra e as significações que diferencia a análise de conteúdo da linguística, embora a distinção fundamental resida noutro lado. A linguística estuda a língua para descrever seu funcionamento. A análise de conteúdo procura conhecer aquilo que está por trás das palavras sobre as quais se debruça. A linguística é um estudo *da* língua, a análise de conteúdo é uma busca de outras realidades *através* das mensagens. (Bardin 1977, p. 25, grifos do autor).

Destarte, compreendendo a realidade como aparência fenomênica e imediata e acreditando ser fundamental conhecer a como o objeto se constituiu historicamente, nós nos apoiamos no método materialista histórico-dialético.

Mas a nossa [de Marx e Engels] concepção da história é, sobretudo, um guia para o estudo [...] É necessário voltar a estudar toda a história, devem examinar-se em

todos os detalhes as condições de existência das diversas formações sociais antes de procurar deduzir delas as ideias políticas, jurídicas, estéticas, filosóficas, religiosas, etc. que lhes correspondem. (Marx, Karl & Engels, 2010, citado em Netto, 2011, p. 13).

Sendo assim, partiu-se do concreto imediato, isto é, da escolha pela docência feita pelas mulheres que se formaram em engenharia agrônômica. A partir das abstrações que daí surgiram, estudou-se como as principais categorias utilizadas na pesquisa – a saber: trabalho, gênero e divisão sexual do trabalho - se desenvolveram historicamente para compreender porque se configuram da forma como observamos empiricamente no cotidiano e, assim, apresentou-se uma síntese do fenômeno estudado.

Trabalho docente

Entendeu-se que o trabalho docente de universidade pública é trabalho improdutivo, isto é, não produz mais-valia. Todavia, tanto o professor produtivo – aqueles que trabalham em uma empresa privada – como o professor improdutivo pertencem à categoria dos assalariados Marx (1976). Acerca dessa categoria deve-se considerar que, no modo de produção capitalista, o trabalho se torna trabalho alienado.

O trabalhador fica mais pobre à medida que produz mais riqueza e sua produção cresce em força e extensão. O trabalhador torna-se uma mercadoria ainda mais barata à medida que cria mais bens. A *desvalorização* do mundo humano aumenta na razão direta do *aumento de valor* do mundo dos objetos. O trabalho não cria apenas objetos; ele também se produz a si mesmo e ao trabalhador como uma *mercadoria*, e, deveras, na mesma proporção em que produz bens. Esse fato simplesmente subentende que o objeto produzido pelo trabalho, o seu produto, agora se lhe opõe como um *ser estranho*, como uma *força independente* do produtor. O produto do trabalho humano é trabalho incorporado em um objeto e convertido em coisa física; esse produto é uma *objetificação* do trabalho. A execução do trabalho é simultaneamente sua objetificação. A execução do trabalho aparece na esfera da Economia Política como uma perversão do trabalhador, a objetificação como uma *perda* e uma *servidão ante o objeto*, e a apropriação como *alienação* (...) A apropriação do objeto aparece como alienação a tal ponto que quanto mais objetos o trabalhador produz tanto menos pode possuir e tanto mais fica dominado pelo seu produto, o capital. (Marx, 2004, p. 80, grifos do autor)

Não devemos entender a alienação apenas como a separação do trabalhador do produto final como um objeto, mas também do trabalhador com os meios de produção. Se para se tornar um ser genérico e assim se diferenciar dos demais animais ao homem foi imprescindível transformar a natureza, isto é, trabalhar, executar atividades de forma consciente para satisfazer suas necessidades comuns aos animais (beber, como e se

reproduzir) e criar e atender outras necessidades como se fixar em um só lugar, utilizar outros animais para aumentar a eficiência e produtividade de seu trabalho, etc. Com a separação do homem com a terra (meios de produção), o trabalho se torna somente um meio pelo qual ele consegue apenas atender àquelas necessidades que partilha com os animais.

É também com o desenvolvimento das forças produtivas sob o modo de produção capitalista que a divisão social do trabalho se transforma em divisão sexual do trabalho que, por sua vez, refletirá na feminização e na masculinização de muitas profissões. A divisão sexual do trabalho e a alienação são fenômenos ainda mais interessantes quando se trata da força de trabalho da mulher.

De acordo com Hirata (2002, p. 236), pensar em trabalho com base apenas na divisão social, ou seja, com base em uma “[...] única relação social de exploração não é suficiente, porque mesmo em situação social aparentemente igual, não há simetria entre homens e mulheres”. Ainda de acordo com a autora:

A divisão do trabalho entre os homens e as mulheres é parte integrante da divisão social do trabalho. De um ponto de vista histórico, é possível observar que a estruturação atual da divisão sexual do trabalho (trabalho assalariado/trabalho doméstico, fábrica-escritório/família) surgiu simultaneamente ao capitalismo, e que a relação assalariada não teria podido se estabelecer na ausência do trabalho doméstico (diga-se de passagem a essa noção de “trabalho doméstico”, não é nem a-histórica nem trans-histórica: ao contrário, seu surgimento é datado historicamente). Do nascimento do capitalismo ao período atual, as modalidades da divisão do trabalho entre os sexos, tanto no trabalho assalariado quanto no trabalho doméstico, evoluem no tempo de maneira concomitante às relações de produção (Hirata, 2002, p. 234).

Essa não simetria já havia sido constatada por Saffioti (1976) que analisou a situação da mulher trabalhadora sob o modo de produção capitalista. A autora aponta que o contingente de força de trabalho da mulher começou a ser inserida no mercado de trabalho em épocas de guerra, pois os homens se encontravam nos campos de batalha ou em tempos de crises econômicas, pois como a mulher tem seu trabalho depreciado, sua inserção no mercado abaixa o valor da força de trabalho como um todo, possibilitando ao capitalista aumentar a extração de mais-valia. A divisão sexual do trabalho tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva (público) e das mulheres à esfera reprodutiva (privado) e, simultaneamente, a apropriação pelos homens

das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares, etc.)². O trabalho na esfera reprodutiva, embora seja de suma importância para a dinâmica do funcionamento da sociedade, é um trabalho não remunerado. O capital se apropriou do trabalho da mulher para aumentar seus lucros através do não pagamento do tempo de trabalho excedente gerado pela dupla jornada de trabalho (Almeida, 2017).

Além de ter sua força de trabalho menos valorizada que a dos homens as mulheres ainda sofrem com dois tipos de segregação no mundo do trabalho:

Historicamente, a delimitação e o exercício das profissões estão sexualmente marcados. O mercado de trabalho está segmentado em dois sentidos: horizontal (poucas profissões e ocupações absorvem a maioria das trabalhadoras) e vertical (poucas mulheres ocupam altos cargos, ainda que se considerem setores de atividade com preponderante participação feminina como a educação, a saúde, o serviço social, etc.). (Yannoulas, 2011, p. 283).

Observamos que a inserção das mulheres engenheiras no mercado de trabalho não foge dessa segregação fazendo com que o gênero seja um filtro que “[...] classifica e hierarquiza áreas de conhecimento, áreas de trabalho, atividades, atribuições, e posições hierárquicas” Lombardi (2005, p. 238). Isso resulta em que as mulheres não tenham acesso às mesmas profissões que os homens e quando acessam essas profissões, ficam limitadas a um número restrito de atividades e invariavelmente têm pouca perspectiva de promoção.

E para entendermos a origem desse filtro buscamos em Engels (1953) que ao estudar a origem do que hoje conhecemos como família descreve o embrião de sua formação nas sociedades primitivas. Portanto, seu relato começa na pré-história, no Estado selvagem até a barbárie. No Estado selvagem até a fase superior da barbárie, seu estudo nos revela que nas famílias sindiásmicas as mulheres eram livres e a divisão do trabalho entre homens e mulheres não tinha ligação com a posição da mulher dentro da sociedade. Sendo assim, a divisão social do trabalho existe desde as formas de sociedades mais primitivas (coletivas). Entretanto, podemos observar que, embora existisse divisão social do trabalho, o trabalho era organizado de forma coletiva e cada membro da tribo desempenhava uma função que era fundamental para a tribo toda e todos tinham acesso aos frutos desse trabalho coletivo. Porém, foi com o advento do patriarcado em

² Para maior aprofundamento sobre as definições de esferas pública e privada consultar Hirata & Kergoat (2007).

detrimento do matriarcado e da propriedade privada que surgiu a divisão sexual do trabalho que segrega a mulher no espaço privado (doméstico) e volta o homem ao espaço público (local de trabalho, política, etc.) (Engels, 1953).

Esses estudos fundamentam a análise de Hartman (1994) citada por Almeida (2017) que interliga o capitalismo e o patriarcado. Tal análise aponta que os capitalistas se utilizam, em benefício próprio, da divisão sexual do trabalho, pois podem substituir homens com experiência por mulheres que receberão um salário mais baixo; tática que se torna uma ameaça aos trabalhadores homens que temem por perder seus empregos. Ainda segundo a autora, o capital se utiliza do prestígio por status comprando o apoio dos homens através de gratificação.

Todavia por muito tempo a mulher esteve limitada a apenas exercer o trabalho do *care* (cuidado) (Hirata, 2017). Mesmo quando se inserem em ambientes antes dominados pelos homens as mulheres acabam confinadas em repartições voltadas a trabalhos ligados ao ideal de mulher, ou seja, aos trabalhos que exigem maior cuidado, mais delicadeza para executá-lo. Podemos constatar tal fato no estudo de caso realizado na indústria brasileira por essa mesma autora anteriormente citada:

A divisão das oficinas de acordo com o sexo correspondia diferenças nos tipos de tarefas. As mulheres efetuavam trabalhos de montagem leves sob forte pressão de tempo e em um ritmo de trabalho imposto, seja por uma linha de montagem, seja pela supervisão dos chefes. Trabalhos simples, dissociados, fragmentados, que realizavam sentadas, com as mãos ou pequenas ferramentas, em um ambiente, sobretudo, limpo e tranquilo. Os homens efetuavam trabalhos mais pesados, com normas de produção bem ‘interiorizadas’. Eles se deslocavam na oficina e trabalhavam com grandes máquinas [...] em um ambiente mais sujo e insalubre [...]. (Hirata, 2002, p. 179).

A essa separação dos espaços públicos e privados de acordo com o gênero, decorrente da divisão social do trabalho, denominou-se divisão sexual do trabalho. Separação consolidada historicamente. Com a inserção da mulher no mercado de trabalho, inclusive nas profissões que se tornaram masculinizadas, a mulher enfrenta outro tipo de problema que tem seu germen na divisão sexual do trabalho: o acúmulo de trabalho na esfera produtiva e reprodutiva ao que se convencionou chamar de dupla jornada de trabalho.

Dessa forma, ao longo de um extenso processo histórico, a trajetória da mulher foi marcada por restrições aos espaços formais de educação, política e ao mercado de trabalho (Almeida, 2017). Assim, algumas profissões se configuraram historicamente

como masculinas, como as Ciências duras, das quais fazem parte, as engenharias, enquanto que outras, ligadas ao ideal de mulher, se tornaram feminizadas, como aconteceu com a docência.

Gênero

O uso indiscriminado da palavra gênero vem sendo feito por diversos setores da sociedade desde que se suscitou o debate com Rubin em 1975. De acordo com Saffioti (2004), isso ocorre porque gênero é um conceito aberto, que engloba questões que envolvem tanto homens, quanto mulheres, além disso, não coloca em evidência as desigualdades entre homens e mulheres, por isso, a autora defende o uso conjunto dos conceitos de gênero e de patriarcado o qual seja: ordem patriarcal de gênero, patriarcado mitigado ou patriarcado.

Corroboramos com Saffioti (2009, p.1) quando diz que o homem “constitui uma totalidade bio-psico-social” e quando afirma que o conceito de gênero por si só não explica sua fase hierárquica que é importante para que se busque a ontogênese do gênero no sexo sem dissociá-los, pois, a ontogênese tem-se mostrado uma via adequada para a preservação da unidade do inorgânico, do orgânico e do social, constituindo o caminho mais frutífero para a compreensão do ser social.

Utilizou-se o termo gênero porque a pesquisadora concordou novamente com a autora supracitada que tal termo é mais amplo que patriarcado. Todavia, não se perdeu de vista que situar a concepção de gênero como uma relação entre sujeitos sócio-históricos é fundamental para se determinar que o adversário não é o homem em si, o indivíduo do sexo masculino, embora o adversário seja por ele personificado.

Resultados

Como citado acima, definimos 4 temas para realizar a análise qualitativa. Dispusemos tal análise no Tabela 1, abaixo:

Tabela1 – Temas e frequência

Temas	Frequência que aparecem
Não existência da divisão sexual do trabalho na engenharia agrônômica	2

Temas	Frequência que aparecem
Masculinização da profissão	5
Segregação vertical (Teto de vidro)	3
Segregação horizontal (Princípio de separação)	4

Fonte: Próprio autor.

A partir dos relatos das docentes entrevistadas enumerou-se a quantidade de vezes que cada tema aparece. Tal separação de temas é apenas uma forma que viabilizou utilizar uma técnica para analisar as entrevistas, porém, na concretude da vida cotidiana, nem historicamente tais temas estão colocados ou em algum momento se deram de forma separada. São todos reflexos da divisão sexual do trabalho que, como foi colocado anteriormente, tem sua origem na divisão social do trabalho na sociedade capitalista. Em algumas profissões alguns temas podem ficar mais evidentes que outros, mas isso não significa que esses outros não existam.

Interessante ressaltar que apenas uma docente fez referência ao tema 1, que é constatado apenas duas vezes, o que nos permite inferir que a não existência da divisão sexual do trabalho resultante das relações sociais entre os sexos na engenharia agrônoma não faz parte da concretude desta profissão. Todavia tal perspectiva corrobora com a pesquisa de Jorgensen (2002), na qual concluiu, ao perceber que as engenheiras entrevistadas negavam a importância das desigualdades de gênero na engenharia.

Essas respostas levantam a possibilidade de que o gênero nem sempre seja o quadro de investigação mais válido sobre como os trabalhadores se definem ou se orientam em relação aos outros. Esta interpretação está de acordo com as preocupações recentemente expressas sobre até que ponto o gênero é "superdeterminado" em suturas que envenenam as trabalhadoras como grupos marginalizados.

O tema 2 que revela o processo histórico de masculinização da engenharia agrônoma e a permanência da profissão enquanto uma profissão masculinizada, foi o mais recorrente entre todos sendo constatado 5 vezes, portanto, identificamos que tais fenômenos realmente existem sim em tal profissão, corroborando assim com os estudos desenvolvidos por Oliver (2005) e Lombardi (2011).

O tema 3, que se refere à teoria do teto de vidro, foi constatado 3 vezes, isto é, as docentes reconhecem que mesmo estando em um cargo público que oferece as mesmas

chances de progressão na carreira, na prática, as mulheres encontram barreiras colocadas por alguns mecanismos sociais que as impedem que isso se efetive. Constatou-se que tais mecanismos se manifestam através do acúmulo da jornada de trabalho que, por sua vez, é fruto de uma construção histórico-social que, privando a mulher do espaço público fez com que ela assumisse todas as atividades domésticas, a educação dos filhos e as tarefas de cuidado. Com a inserção da força de trabalho da mulher no mercado, isso não mudou, pelo contrário, levou as mulheres a acumularem as atividades de âmbito privado e público fazendo com que trabalhem o dobro de horas quando comparadas aos homens³.

Dessa forma, o homem, desprovido da responsabilidade das tarefas privadas, dispõe de mais tempo para se dedicar aos estudos e à produtividade para que ascendam profissionalmente na carreira. Assim o fato de que as mulheres assumem dupla ou tripla jornada de trabalho isso pode ser uma barreira invisível para sua ascensão hierárquica profissional, o que denominamos teoria do Teto de Vidro.

O tema segregação horizontal e o princípio da separação foi o segundo tema mais constatado nas entrevistas o que corrobora com o tema 1 e nos expõe os dois lados da moeda que citamos anteriormente ao nos referirmos à docência e à engenharia agrônoma como duas profissões opostas de interessante análise, uma vez que a segregação horizontal consiste no fato de que alguns setores ou profissões têm um número maior de mulheres porque elas tendem a escolher profissões não marcadamente masculinizadas como é o caso da docência e o princípio da separação é um mecanismo que rotula trabalho de mulher e de homem.

Inicialmente elaboramos um quadro com o objetivo de organizar e dar maior visibilidade para alguns dados que obtivemos através dos relatos. Tais dados são referentes às respostas que nos foram dadas pelos os sujeitos da pesquisa, nas questões 2, 3, 6, 8-b, 14, 15, 16 e 18-18-a. Tal categorização se encontra no Quadro 1: Perfil das docentes, abaixo.

³ Disponível em <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br>, recuperado em 15, agosto, 2019.

Quadro 1- Perfil das docentes entrevistadas.

Docente	Estado civil	Tem filhos? Quantos?	Título	Ano de graduação	Tempo de docência	Tempo de docência na UNESP	Forma de contratação	Área de pesquisa
A	Solteira (Separada)	2 gêmeas	Doutora.	1989-1993	25 anos	25 anos	CLT	Engenharia agrícola com ênfase em ambiente animal.
B	Solteira	Não.	Doutora	1971-1973	42 anos	42 anos	Estatutária	Entomologia com ênfase em hemíptera.
C	Solteira (divorciada)	1 filho.	Doutora	1977-1982	35 anos	32 anos	Estatutária	Floricultura e paisagismo urbano.
D	Casada	2 filhos, 1 casal.	Doutora	1981-1985	35 anos	33 anos	Estatutária	Economia rural e agronegócio.

Fonte: Próprias autoras.

As docentes entrevistadas cursaram a graduação em épocas um pouco distantes (18 anos de diferença entre a que ingressou primeiro na universidade e a que ingressou por último) o que nos chama a atenção para a perspectiva sobre as relações sociais entre os sexos que quase todas elas têm em relação à engenharia agrônoma e que veremos no decorrer dessa seção. Nenhuma possui livre-docência o que vamos analisar também ao longo dessa sessão. Metade das docentes são mães solo, uma é mãe e casada e uma nunca se casou e não teve filhos. O que nos chama a atenção, por um lado, para a percepção que as docentes que são mães (A, C e D) têm sobre a sobrecarga da dupla jornada de trabalho e o papel social do *care* rotulado na mulher são obstáculos para a progressão vertical na

profissão. Por outro lado, a docente que não é mãe (docente B) disse não reconhecer que na engenharia agrônoma haja qualquer diferenciação de gênero. Esses dois últimos pontos levantados nos chamou a atenção, pois em nossa pesquisa, obtivemos resultados opostos aos dos estudos de Jorgensen (2000). Primeiramente, no sentido de que o relato da docente D vai ao encontro ao trabalho de tal autora no qual as engenheiras por ela entrevistadas negaram a importância das desigualdades de gênero e disseram não reconhecer a divisão sexual do trabalho em sua profissão. O segundo ponto interessante observado é que, embora, as docentes tenham se formado em épocas bem próximas umas das outras, 75% delas, ou seja, a maior parte, reconhece que existe desigualdade de gênero na engenharia agrônoma bem como reconhecem que tal profissão não é neutra. Podemos notar que, com exceção da docente A que trabalha com engenharia agrícola, as outras três docentes se encontram em áreas nas quais não lidam com o trabalho no campo⁴ em si. Tal fato nos remete a um dos princípios organizadores da divisão sexual do trabalho, o princípio de separação (15) o qual estabelece que há trabalhos de homem e trabalhos de mulheres. Outro ponto ao qual podemos nos atentar é o fato de que as 4 docentes não possuem livre-docência o que nos leva a refletir sobre o motivo que as levou a não obterem esse título. É certo que o acesso aos cargos públicos se dá de forma igualitária no que diz respeito à questão de gênero, afinal, tal acesso se dá por meio de prova escrita, oral, memorial, currículo entre outros critérios. Sendo assim, no que tange à segregação ocupacional horizontal, não há distinção de gênero, embora haja segregação em relação à área de atuação. Todavia quando analisamos a segregação ocupacional vertical que seria, por exemplo, adquirir o título de livre-docente percebeu-se a nítida presença de uma das consequências da divisão sexual do trabalho a qual leva as mulheres a assumir dupla ou até tripla jornada de trabalho. A dupla ou tripla jornada de trabalho valida o princípio da separação fazendo com que o trabalho do âmbito privado, o cuidado com o lar e a criação dos filhos fique a cargo das mulheres. Na medida em que as mulheres

4 Campo é um termo utilizado comumente no cotidiano dos profissionais dessa área. A autora quer dizer com campo o trabalho realizado nos latifúndios como mecanização agrícola, adubação, tratamento fitossanitário, etc.

5 Os números entre parênteses que aparecem nessa seção são referentes à contagem da frequência com que o tema aparece nas falas das entrevistadas.

arcam com os afazeres do âmbito privado⁶, não lhes sobra muito tempo para que possam investir com mais afinco na carreira, enquanto que sobra aos homens mais tempo para se dedicarem à ascensão na carreira profissional o que caracteriza também o fenômeno do teto de vidro (1). Ou seja, para se dedicar a ascensão vertical na carreira, o que as entrevistas nos indicam é que as mulheres têm de enfrentar duas barreiras: o princípio da separação e o teto de vidro o que corrobora com os estudos de Vaz (2012) que constatou que mesmo no funcionalismo público as mulheres não escapam do teto de vidro. Aqui cabe outra observação que, embora deixaremos para discutir em outra pesquisa, não pode deixar de ser citada: as mulheres sofrem mais que os homens também quando se trata das consequências da precarização e intensificação do trabalho docente. Apesar de tanto docentes homens quanto mulheres trabalharem parte de sua jornada de trabalho em suas residências, as mulheres acabam representando a maior porcentagem da parcela de docentes que acabam executando parte de sua jornada de trabalho no espaço doméstico (Borsoi, 2012).

Outro ponto importante que observamos corrobora com outro estudo que aponta que “[...] as mulheres ao ingressarem nas carreiras ligadas à engenharia posicionam seu *self* a partir de um homem conceitual, uma espécie de destino a ser perseguido” Jorgensen (2002, p. 83). A docente B relatou que sempre teve convicção de que gostaria de ser agrônoma, disse que havia agrônomos na família e que seu pai era agrônomo e isso fez com que ela escolhesse tal profissão: “Eu sempre quis ser agrônoma porque tinha familiares, meu pai, era agrônomo. Então eu decidi ser agrônoma”, – docente B.

Interessante aferir que esta mesma docente foi a única que relatou que nunca teve problemas na profissão por ser mulher, mas que pelo contrário, sempre foi tratada com respeito: “Sim. Dois pós-doc⁷ no exterior. Um em 1987 e outro em 1994 e nunca tive problema por eu ser mulher, sempre fui tratada com muito respeito” – docente B.

6 A divisão sexual do trabalho tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva (público) e das mulheres à esfera reprodutiva (privado) e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares, etc.) HIRATA & KERGOAT (2007).

⁷ Pós-doutoramento é um estágio que consiste na realização de atividades de pesquisa, produção acadêmica e/ou docência, conforme o plano de atividades combinado em comum acordo com o professor responsável (denominado *supervisor*). Fonte: www.gov.br. Acesso em 06/08/2018.

Sabemos que o patriarcado e suas consequências não se manifestam somente de forma nítida, mas também, na maioria das vezes, de forma sutil e muito subjetiva a ponto de ser difícil de explicá-lo, por isso mesmo muitas vezes acabamos por naturalizá-los e não os consideramos como falta de respeito, afinal são ações comuns e cotidianas. Todavia consideramos tal depoimento como inferência do tema que aponta que não existe divisão sexual do trabalho na engenharia agrônoma (1). Como bem apontou a docente quando perguntamos se em sua trajetória profissional ela já havia percebido certa discriminação por ser mulher: “Assim, né? Quando eu trabalhava no campo nunca foi assim um descarte definitivo, mas assim... Excluía algum tipo de trabalho, colocava alguém junto. Dava um jeito de deixar velado. Assim, quando tinha que fazer determinada coisa me desviava daquela função” – docente D.

Em contrapartida, a docente A relatou que desde criança sempre gostaria de exercer a docência que inclusive “tinha uma lousa grande em casa que usava para brincar com os coleguinhas”. Enquanto a docente B para escolher a profissão de engenheira agrônoma se espelhou nos familiares e no pai agrônomo, ou seja, manteve seu *self* a partir de um homem conceitual e nesse sentido se afastou das profissões ditas “femininas”, o contrário pode ter acontecido com a docente A que conforme se pode observar em seu relato, sempre teve vontade de ser docente, o que vai de encontro à idealização de profissão para mulheres. Tal fato nos aponta para a segregação horizontal do trabalho que, de acordo com Hirata (2017), é um indício da divisão sexual do trabalho e um de seus princípios, o princípio organizador de separação. (3)

Outro ponto interessante que podemos observar é que, embora, a docente B tenha exposto que desde pequena sonhava em ser docente, assim que ingressou na Universidade se via “dentro de uma estufa trabalhando com genética” e que tentou trabalhar como engenheira agrônoma, mas não conseguiu e junto a isso surgiu a oportunidade de lecionar e que assim ela começou a dar aula: “Eu tentei trabalhar como agrônoma porque eu estava cansada de assistir aula. A gente cansa, né? Eu queria trabalhar, queria ganhar meu dinheirinho. A gente se formou numa época de uma crise muito grande. Foi um pouco antes do Plano Real. E a gente vivia em uma crise grande, não tinha emprego. E meu orientador tinha acabado de começar um doutorado na Unicamp, na Engenharia Agrícola. E eu acabei indo lá conhecer a professora [orientadora

do mestrado], falei pra ela o que eu gostaria de fazer. Mas eu tentei arrumar emprego, mas não deu muito certo e eu acabei ficando na pós-graduação mesmo” - docente A.

Embora seja válida a observação sobre a situação econômica do país à época, seu depoimento vai ao encontro dos relatos das docentes B e D que acabaram optando pela docência porque viram na docência uma possibilidade mais viável de exercer a profissão sem que precisasse trabalhar como engenheira agrônoma. A docente B embora tenha trabalhado na EMBRAPA, nos contou que saiu do emprego e escolheu lecionar porque a docência daria a ela: “A possibilidade de ficar mais próximo à família. E aqui na UNESP eu podia associar a pesquisa à docência” – docente B.

O relato da docente D vai na mesma direção quando perguntamos a ela o que a fez escolher a docência: “Então, eu acho assim quando a gente é muito jovem você não tá tentando entender a vida, entender sua vocação. Você não tem muito claro. Igual escolher um curso. Então assim não posso dizer que sempre quis ser professora. Quando eu fui para o Instituto Agrícola de Economia, eu achava que essa área de economia rural seria meu caminho, e que pra isso eu precisava fazer o mestrado, daí a docência veio junto, né? Se associou para me tornar viável uma carreira dentro dessa área”.

A maior parte das professoras entrevistadas, 75%, escolheu a docência porque vira nessa profissão a possibilidade de trabalharem como engenheiras agrônomas mesmo que exercendo outra profissão o que nos leva a considerar que a engenharia agrônoma é uma profissão masculinizada (1) resistente à entrada de mulheres o que corrobora com os estudos realizados por Lombardi (2005) sobre a presença das mulheres na engenharia.

Nesse sentido o depoimento da docente D é particularmente interessante, pois a mesma relatou que estagiou no Instituto Agrícola de Economia e em uma cooperativa, mas que nunca sofreu machismo de forma explícita, mas um “*certo machismo velado (...)* Assim, né? Quando eu trabalhava no campo nunca foi assim um descarte definitivo, mas assim... Excluía algum tipo de trabalho, colocava alguém junto. Dava um jeito de deixar velado. Assim, quando tinha que fazer determinada coisa me desviava daquela função. Eu senti dificuldade justamente quando eu fui pra cooperativa e pro Instituto porque essa coisa de você ir falar com o produtor, daí o produtor resolve vim com uns papos machistas. Ter que morar em hotel e. às vezes, sofrer assédio até das próprias pessoas que trabalhavam no hotel. Os caras veem a gente sozinha no hotel e acha que a gente tá disponível pra eles” - docente D.

Mais uma vez podemos notar uma das consequências do processo histórico de masculinização da profissão, pois o gênero do profissional interfere na relação profissional-produtor, uma vez que a docente relatou que reconheceu expressões verbais machistas nas falas dos produtores. Percebemos aqui mais uma ocorrência do tema masculinização da profissão (2).

Metade ocupou ou ocupa cargo de chefia (as docentes B e D). A docente C nos expôs que não quis ocupar nenhum cargo de chefia: “Não. Nunca quis ocupar porque sempre escolhi cuidar da minha saúde, né? Devido ao câncer de mama e cuidar do meu filho porque assim... eu até ganharia a mais... talvez uns 30/35% a mais, mas talvez eu teria que gastar isso em terapia. Então, não... nunca quis pegar cargo de chefia. Além de tudo, a gente precisa ser muito político, sorrir a todo momento, abraçar todo mundo e você me conhece... eu não sou assim. O que eu tenho que falar, eu falo na hora e pronto. Além do que quando você assume esses cargos, tem que levar muito serviço pra casa e eu sempre fui assim... depois das 18h é do meu filho. É o meu tempo com o meu filho” - docente C.

No mesmo sentido, a docente A relatou que o fato de ter que cuidar sozinha das filhas e não ter ninguém da família para dar suporte também influenciou para que ela não ocupasse nenhum cargo de chefia. E nos disse acreditar que para “homem é mais fácil mesmo porque eles estão no trabalho e sabem que, em casa, tem gente cuidando dos filhos, da casa...” e que “homem não tem filho, né? Quem tem filho é a mulher”. Reforçando mais uma vez que o trabalho do *care* acaba sempre ficando por conta das mulheres mesmo que estas estejam ocupando o espaço público, enquanto para aos homens lhes sobram mais tempo para se dedicarem à carreira profissional visto que socialmente não são reconhecidos como responsáveis pelo trabalho do *care*.

A docente D, que ocupa e ocupou cargo de chefia, disse em sua entrevista, que não deixou a carreira como comumente acontece quando as mulheres se tornam mães. Ela continuou a se dedicar à carreira profissional, por isso, acredita que a questão do cuidado com os filhos de fato são empecilhos para a carreira de uma mulher. No seu caso, especificamente, a docente relatou que cuidou dos pais quando esses apresentaram necessidade de serem assistidos de perto. Ela acredita que se não tivesse que se dedicar tanto com os cuidados dos pais e filhos, que com certeza, teria uma maior produtividade, mas deixou claro que não se arrepende das escolhas que fez: “No começo, lá nos anos 2000, por ex., depois que eu tinha feito doutorado. Eu abri muito mão... mesmo tendo

filho pequeno, eu ficava até tarde, não me importava muito. Daí depois com o tempo você passa a ter a intercorrências familiares que afeta um membro, outro membro então assim... o seu eu acaba sendo estendido, né? Igual... me perguntaram se eu vou me aposentar. Eu estou pensando, estou avaliando porque nem eu esperava que eu fosse aposentar logo e eu vejo assim, a vida é curta e você pensa no seu filho ou você perde um membro familiar ...igual aconteceu comigo agora, né?... Então, na minha vida profissional, eu tive muito que administrar porque minha mãe ficou doente, eu perdi minha mãe. Depois meu pai teve muito doente, perdi meu pai. Isso faz uma semana, né? Que eu perdi meu pai. Daí o que acontece? Embora eu não tenha deixado de desempenhar as tarefas bastante básicas assim, acho que otimizar minha carreira eu poderia conseguir. Assim... dar uma guinada maior, mas não vejo isso como uma frustração. Acho que a gente tem que olhar pra vida e ver as limitações da vida de duas ordens: inerentes a você mesma e as limitações impostas pelo seu entorno e essas, do seu entorno, seriam seu eu estendido com os cuidados com a família e a família envolve filhos, pais. E meus pais eram muito dependentes de mim. Eu tenho mais dois irmãos, mas eu era a que estava mais próxima dos meus pais. E esses problemas que tiveram, os dois, deixa a gente abalada psicologicamente. Agora dizer que isso não afeta a carreira? Não é possível! Isso afeta! Mas não afeta as atividades fim mais essenciais que são as aulas. Eu nunca faltei as aulas. Nesse período agora eu tirei licença prêmio porque a coisa estava complicada, mas na época da minha mãe, eu não tirei licença prêmio. E assim... não tinha cabeça para estudar fora de hora, por exemplo e eu tinha que cuidar dela. Então a carreira não avançou muito” - docente D.

Esses depoimentos apesar de aparentemente diferentes, em sua essência, convergem para um mesmo problema que também tem sua origem na divisão sexual do trabalho: o acúmulo de jornadas que levam as mulheres a assumirem diversas funções além das funções próprias de sua profissão. O acúmulo de jornada muitas vezes é a mola propulsora para a teoria do teto de vidro (segregação vertical) (2) se concretizar, afinal com menos tempo que os homens para se dedicar à profissão, as mulheres ficam em desvantagem para ascender profissionalmente na carreira.

Outro ponto interessante acerca da temática gênero foi levantado pela docente C. Quando perguntamos se ela já havia sofrido com o machismo mesmo como docente, ela nos respondeu: “Eu graças a Deus nunca tive, particularmente, problemas por ser mulher

porque eu me imponho. Se levanta a voz comigo, eu levanto mais. Eu não deixo por menos. É bateu, levou!”.

O que nos retrata que para as engenheiras agrônomas mesmo quando optam pela docência, a luta para ter o mesmo respeito que os homens é diária, ou seja, a docência não se configura como um espaço onde a mulher não tenha que fazer enfrentamentos por conta de questões relacionadas a gênero. Todavia, o relato da docente A (quando lhe foi perguntado se ela já havia, em algum momento assim da sua carreira profissional, presenciado ou vivenciado de alguma forma ocasiões em que ela pôde perceber que aquilo estava acontecendo porque ela ou outra pessoa eram mulheres) nos mostra que os próprios professores, acabam reproduzindo mesmo sem querer a divisão sexual do trabalho da engenharia agrônômica, dentro da sala de aula: “Eu lembro também na sala de aula que o professor falou que mulher agrônoma não ia trabalhar no campo nada que a gente tinha que trabalhar nos laboratórios porque a gente era mais delicada pra mexer com as vidrarias e a gente ficou tudo revoltada. Ou que pra gente não dava porque a gente tinha filho. Daí eu falei pra ele: ‘É porque homem não tem filho, né? Só mulher realmente tem filho. Homens nunca têm filhos.’ Mas isso é assim até hoje infelizmente, né? Por que homem não tem filho, né? Ele não precisa participar de nada. É bem assim mesmo. Infelizmente é a realidade que a gente vê até hoje” - docente A.

A fala do professor nos deixa claro que os próprios profissionais acreditam que as mulheres não devem executar o trabalho técnico do campo, mas sim o trabalho delicado ligado ao ideal de mulher, que liga a mulher ao *care* e vai ao encontro de Hirata (2002) confirmou em seus estudos quando analisou que as mulheres de uma fábrica se encontravam em lugares mais limpos e menos ou nada insalubres em relação aos homens. Ideal este construído socialmente por uma sociedade patriarcal. Além disso, tal fala retrata como subjetivamente a profissão se coloca como uma profissão masculina, começando pelos próprios colegas de trabalho. Tais análises se configuram como os temas masculinização da profissão (4) e princípio da separação (4).

Com exceção da docente B que enfatizou que nunca havia presenciado e nunca havia sofrido com algum problema que fosse causado por conta das relações de gênero (2), as outras três docentes relataram, de formas diferentes, as situações que já presenciaram ou já passaram ou ainda que percebem que ainda acontecem com as mulheres na engenharia agrônômica e no mundo do trabalho como um todo.

No relato da docente A é interessante observar que ela diz que não escolheu de fato a docência, mas que foi levada à docência devido às condições materiais que lhe eram colocadas como a oportunidade para ir para a docência e que ela idealizou na docência uma forma indireta de trabalhar no campo: “Eu acabei sendo levada e fui indo, né? Não que eu descartei trabalhar no campo. De certa forma a parte de pesquisa eu também faço no campo, mas acabei não indo trabalhar no campo porque com a iniciação científica eu acabei indo pra esse lado” – docente A.

A fala de tal docente nos permite inferir que a engenharia agrônômica é de fato uma profissão masculinizada (5) o que fez com ela fosse levada a exercer a docência por dois motivos: a baixa oferta de emprego da época, e visto, na docência, uma forma de atrelar o trabalho no campo com a pesquisa. Isso nos remete ao princípio da separação (5).

Considerações finais

A partir dos dados apresentados acima e na seção anterior compreendeu-se que embora as mulheres venham conquistando mais espaço na engenharia agrônômica, elas ainda precisam vencer muitos obstáculos que são colocados a elas de forma explícita e velada. Embora as docentes que foram entrevistadas tenham ingressado na universidade em épocas distintas (cerca de 18 anos de diferença como já mencionado na Seção 2, no que diz respeito aos enfrentamentos colocados a elas pelo filtro das relações de gênero ao longo de suas trajetórias profissionais, quase todas elas nos relataram os mesmos enfrentamentos.

A engenharia agrônômica ainda se constitui como uma profissão masculinizada e que embora um maior número de mulheres venha ocupando esse espaço, às mulheres ainda se faz necessário se utilizarem, mesmo que subjetivamente, de mecanismos para vencer esses obstáculos e poder exercer seu trabalho no campo escolhido. Em nossa pesquisa pudemos observar que um desses mecanismos utilizados foi a escolha pela docência mesmo que tal escolha tenha acontecido devido às circunstâncias e não propriamente à uma decisão concreta da docente.

Todavia, à primeira vista, a docência pode se apresentar como um espaço onde não existem obstáculos para as mulheres oriundas da divisão sexual do trabalho. Em nossa

análise histórica, pudemos conceber que os enfrentamentos das mulheres para ocupar um espaço no mercado de trabalho e, até mesmo na educação, são reflexos de uma sociedade que se constituiu em bases patriarcais. Dessa forma, como não poderia ser diferente do que acontece na sociedade, o acúmulo de jornadas de trabalho tanto do âmbito público quanto do privado reflete em sua carreira profissional se transformando em mais um obstáculo que as impedem de ocupar cargos de chefia visto que estes demandam um tempo maior de dedicação para serem alcançados e também demandam tempo para serem executados. Assim, a docência na engenharia agrônômica, representada pelas mulheres entrevistadas, não se configura como um espaço de resistência, mas sim de reprodução da divisão sexual do trabalho na medida em que 75% das entrevistadas relataram ter escolhido a docência por ser um meio de exercer a engenharia agrônômica e que, por esse mesmo motivo, a escolha pela docência é um reflexo da divisão sexual do trabalho.

As entrevistas expõem como as mulheres sofreram e sofrem com a dinâmica da divisão sexual do trabalho não só na engenharia agrônômica, mas também na docência visto que elas têm que lidar questões colocadas pela ordem gênero como acúmulo da jornada de trabalho que muitas vezes a impedem ou torna mais difícil ultrapassar as barreiras da teoria do teto de vidro. Em especial, na docência, o teto de vidro se manifesta não por conta da masculinização da profissão, pois, ao contrário da engenharia agrônômica, a docência passou por um histórico processo de feminização da profissão, mas sim pela privação histórica da mulher do âmbito privado que fez com que tivessem que assumir a responsabilidade pelas atividades domésticas e de cuidados ao passo que, ao conquistar o âmbito público, passaram a ser responsáveis por tarefas de ambos os espaços ao passo que ao homem cabe apenas às atividades de âmbito público.

As docentes que foram entrevistadas mostraram que mesmo com todas as dificuldades impostas à sua época (no que diz respeito do acesso da mulher ao mercado de trabalho, dificuldades maiores das que encontramos hoje) e dentro das opções que fizeram, traçaram seus objetivos e venceram todos os obstáculos que lhe foram colocados não só pelo acúmulo de jornada de trabalho e pelo filtro das relações de gênero, mas também pela precariedade que o trabalho docente vem sofrendo cada vez mais e semearam o que nós mulheres engenheiras agrônomas estamos colhendo hoje: maior espaço dentro da profissão. Driblando cotidianamente estratégias sendo falando mais

alto, se abdicando de se dedicar mais à carreira para poder cuidar dos filhos ou familiares, etc., essas mulheres não foram agentes passivas da História e são profissionais extremamente satisfeitas com seu trabalho.

Talvez seus maiores obstáculos tenham sido protelar a assumir cargos de chefia ou postergar uma possível ascensão vertical na carreira, escolher entre o cuidado com os filhos, que é entendido pela sociedade como função da mulher em detrimento da dedicação integral à carreira. Outros obstáculos se colocam pelos próprios produtores rurais ou até mesmo pelos colegas de trabalho.

Destarte, é interessante perceber a contradição que o sistema de produção capitalista nos coloca. Por um lado, o capitalismo precisava de um maior número de força de trabalho disponível para sua manutenção e, assim, possibilitou a entrada da força de trabalho da mulher no mercado. Por outro lado, esse mesmo sistema criou estratégias objetivas e subjetivas para constituição de uma sociedade onde existem mecanismos como a divisão sexual do trabalho que se configura como controle de entrada e permanência de mulheres no mundo do trabalho. No caso da nossa pesquisa, esse mecanismo se configura como a escolha profissional pela docência, embora as mulheres sejam formadas em engenharia agrônoma.

Em síntese, a persistência e a resistência parecem ser regras para as docentes formadas em engenharia agrônoma e isso contribui para que sejam profissionais extremamente satisfeitas com as suas carreiras e vida profissional de acordo com o que elas mesmas relataram.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, J. P. de. **Organismos internacionais e enfrentamento à precarização do trabalho das mulheres na América Latina**. 2007. Tese (Doutorado e Política Social) – Instituto de Ciências humanas, Universidade de Brasília, Brasília, Distrito Federal, 2007.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70 – Brasil, 1997.

ENGELS, Friederich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Tradução: Leandro Korner. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1953.

HIRATA, H. **Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a sociedade.** São Paulo: Boitempo, 2002.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 595-609, 2007.

JORGENSEN, Jane. **Engineering selves: negotiating gender and identity in technical work.** Philadelphia, v. 15, n. 3, p. 350-380, 2007, Set/dez. 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0893318902153002>. Acesso: 6 agosto 2023.

LOMBARDI, Maria Rosa. **Perseverança e resistência: a engenharia como profissão feminina.** 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2005. DOI: <http://10.0.186.133/2005333938>. Acesso: 6 agosto 2023.

LOURO, Guacira Lopes. **História das mulheres no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2004.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos.** São Paulo: Boitempo, 2004.

MARX, Karl. **O Capital: Livro I Capítulo VI (inédito).** São Paulo: Ciências Humanas, 1976.

NETTO, João Paulo. **Introdução ao Estudo do Método de Marx.** São Paulo: Expressão Popular, 2011.

OLIVER, G. S. **O papel das escolas superiores de agricultura na institucionalização das ciências agrícolas no Brasil, 1930-1950: práticas acadêmicas, currículos e formação profissional.** 2005. Tese (Doutorado em Ensino e História de Ciências da Terra) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2005. Disponível em: <10.47749/T/UNICAMP.2005.359001>. Acesso: 6 agosto 2023.

RUBIN, G. **The Traffic in Women: Notes on the “Political Economy” of Sex.** Canadá: Monthly Review Press, 1975.

SAFFIOTI, H. I. B. (2009). Ontogênese e filogênese do gênero. **Revista Série Estudos e Ensaios**, 2009.

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, patriarcado e violência.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTANA, M. S. R. **Trabalho docente e problematização da prática pedagógica à luz da teoria histórico-cultural.** 2013. 218 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2013.

SZYMANSKI, H. et. al. **A entrevista na pesquisa em educação.** 4a ed. Brasília, DF: Líber Livro, 2011.

VAZ, D. V. O teto de vidro nas organizações públicas: evidências para o Brasil. **Economia e Sociedade**, v. 22, n 3, p. 765-790, 2013. Disponível: <https://doi.org/10.1590/S0104-06182013000300007>. Acesso em 6 ago 2023.

YANNOULAS, S. C. Feminização ou feminilização? Apontamentos em torno de uma categoria. **Temporalis**, Brasília, v. 11, n. 22, p. 271-292, 2011. Disponível: <https://doi.org/10.22422/2238-1856.2011v11n22p271-292>. Acesso em 6 ago 2023.

SOBRE OS AUTORES

Danielle Uchôas – Engenheira Agrônoma graduada pela Faculdade de Engenharia de Ilha Solteira - Universidade Estadual Paulista (FEIS-UNESP). Mestre no Programa strictu sensu em Educação da Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS) - Campus de Paranaíba - MS. Bolsista Capes-DS. Monitora do Núcleo de Educação Popular (NEP). Membro do Grupo de Pesquisa de Políticas Educacionais e Currículo, liderado pela Prof^a Dr^a Lucélia Tavares Guimarães - UEMS. Atualmente é professora da rede estadual na Escola Estadual José de Paula França. E-mail: daniuchoas@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8235-925X>

Lucélia Tavares Guimarães – Possui graduação em Pedagogia pela Universidade do Estado do Pará (2002), Mestrado em Educação (Currículo) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2005) e doutorado em educação (Currículo) pela PUCSP (2010). Docente do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul/Unidade Universitária de Paranaíba e do Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Educação da UEMS/Unidade Universitária de Paranaíba. Parecerista ad hoc em periódicos nacionais da área da educação. Líder do grupo de estudos e pesquisa cadastrados no CNPq: Políticas Educacionais e Currículo da Uems. Participa do Grupo de Pesquisa cadastrado pelo CNPq: Currículo, Formação e Trabalho Docente da UEL, participa do grupo de Pesquisa cadastrado no CNPq: Gênero, Currículo e Educação da UEL, uma parceria entre pesquisadores do Programas de Pós Graduação em Educação da Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul e Universidade Estadual de Londrina. E-mail: luguimaraes@uems.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8577-4886>

Tramitação:

Recebido em: 21/08/2023

Aprovado em: 31/08/2023